



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade
Partido Operário
Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
por@pormassas.org
Ano VI - 27 de Abril de 2020

POLÍTICA OPERÁRIA

Crise econômica e sanitária alimenta a crise política

Os números de contaminados e mortos pelo novo coronavírus não param de crescer. Em vários estados, os leitos de UTI já se encontram totalmente preenchidos ou próximos da saturação. O caso de Manaus mostrou a barbárie que a pandemia representa. Os governos preparam milhares de covas, uma vez que não terão como proteger as vidas da maioria oprimida. A maior letalidade entre negros e pobres mostra a desigualdade que atravessa o sistema de saúde, onde os ricos contam com a medicina privada.

O conflito em torno da orientação da OMS sobre o isolamento social foi atenuado. Mandetta foi demitido e os governadores já começam a organizar a volta gradual ao trabalho, resultado das pressões do poder econômico.

A crise política atingiu um novo patamar. O núcleo militar apresentou um plano de retomada econômica em choque com a diretriz ultraliberal de Paulo Guedes. A Ministra da Agricultura está sob ataque dos bolsonaristas, por conta do alinhamento do presidente com a guerra comercial de Trump contra a China. O ápice, porém, se deu com a renúncia de Sérgio Moro, por conta da exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. A ação de Bolsonaro se deu para proteger aliados e familiares nas investigações dos atos que pediam um golpe de estado. Porta-vozes da burguesia chegam a ameaçar o presidente de impeachment.

A soma da crise econômica, sanitária e política é explosiva. São os explorados que estão pagando o peso das crises originadas das contradições do capitalismo.

Arcam com as mortes, as sequelas, o desemprego, a miséria e a redução de seus salários. A disjuntiva vida ou economia é falsa, a burguesia não tem como proteger a vida da maioria explorada. É um grave erro das centrais e sindicatos desmontarem suas lutas. Não se deve abrir mão da independência de classe em nenhum momento. A defesa da vida dependerá da ação coletiva da classe operária e demais explorados. As assembleias virtuais têm servido apenas para dar um verniz de escolha em relação à aceitação da MP 936.



O 1º de maio virtual, com FHC e Maia, organizado pelas Centrais, é o retrato mais dramático da colaboração de classes. Persiste a necessidade de retomar as assembleias, com os devidos cuidados sanitários; de levantar um plano de emergência próprio da classe operária e demais explorados. É preciso enfrentar a crise política com a estratégia do governo operário e camponês, fruto da revolução proletária. O caminho "alternativo" só levará as massas a se dividir entre as alas da burguesia que disputam o controle do Estado. Só pavimentará o caminho para uma maior barbárie social.

Abaixo a intervenção do MEC no IFRN e no IFSC

Bolsonaro/Weintraub em 20 de abril nomearam interventores para dois institutos federais, desconsiderando o resultado das consultas à comunidade acadêmica. O reforçamento do autorismo e nomeação de reitores biônicos atende à necessidade de impor as diretrizes privatistas e destruidoras, com a menor resistência possível. É

necessário que a comunidade universitária se erga contra esta medida e que defenda a real democracia no interior das universidades e institutos, com o fim da lista tríplice, eleição direta, voto universal e governo tripartite apoiado na soberania da Assembleia Geral de estudantes, professores e técnico-administrativos.

**Por um 1º de maio operário e socialista
Em defesa dos empregos e salários**

Abaixo a farsa do de 1º maio virtual

MEC/Weintraub utiliza a pandemia para legitimar ensino a distância

Em 18 de março, o MEC soltou uma Recomendação para que as disciplinas presenciais (com exceção de cursos da área de Saúde, como medicina) pudessem ser substituídas por aulas virtuais na rede federal. A modalidade EAD estaria liberada enquanto permanesse a pandemia. Depois da Recomendação, Weintraub já se utilizou das redes sociais para denunciar as universidades que apenas suspenderam os calendários, sem aderir ao Ensino a Distância (EAD) e sem preservar atividades de ensino.

No entanto, mais de 60% das universidades federais rejeitaram o ensino a distância durante a quarentena, suspendendo os calendários sem previsão de retorno. Isso porque mais de 70% dos estudantes das federais, nas graduações, tem renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Sabe-se também que 1/3 da população não tem acesso à internet e mesmo onde há internet a qualidade é péssima. A

burocracia universitária, que conhece essa realidade, é mais consequente que o MEC, que só objetiva reduzir gastos, legitimar o EAD e impor seu uso em grande escala.

O ensino presencial, na sociedade capitalista em decomposição que ataca frequentemente o conhecimento acumulado e a ciência, já é limitado; com o EAD, a educação só tende a ser mais destruída.

Nem com pandemia nem em “condições normais” devemos aceitar a implementação do EAD. Trata-se do esvaziamento máximo da educação e desenvolve-se sob os interesses de mercantilizar ainda mais a educação. Não rejeitamos o uso das tecnologias (impossível de ser aplicado amplamente nas condições atuais), rejeitamos a substituição do ensino presencial. **Rechaçar a política do MEC/Weintraub! Abaixo o EAD!**

Estaduais do Rio de Janeiro sob ameaça de privatização

O governo de Wilson Witzel enviou no dia 20 de abril o PL 2419/2020, em regime de urgência, para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O PL prevê em seus dois artigos autorizar a retomada do Programa Estadual de Desestatização – PED, de 1995, e revogar dois artigos de outra lei (7941/2018) que impedem a extinção de universidades e fundação de pesquisa, como a Fundação Carlos Chagas e a FAPERJ.

Por estar em regime de urgência, pode ser apreciado pelas comissões da Casa já no plenário de votação. Além das fundações de pesquisa e de cultura, as três universidades é que são visadas pelo governo ultraliberal de Witzel. A UERJ, a UEZO e a UENF correm o risco de terem partes de suas atividades entregues à iniciativa privada. Segundo o governo, não se trata de privatização, mas de entrega de atividades que “não provêm interesse coletivo”.

Na verdade, a justificativa é apenas cobertura ideológica. Em qualquer processo de privatização parcial ou total, o interesse é definido pela necessidade de lucro das empresas que compram o

patrimônio público. As fundações privadas que já atuam em várias universidades públicas atuam nos cursos/áreas/setores que mais lhe interessam e nas quais mais podem lucrar.

Lembremos que, em 2016 e em 2017, professores e funcionários das universidades públicas do Rio ficaram meses sem receber salário e elas permanecem sucateadas. O Rio de Janeiro, como outros estados seguem quebrados. Os governadores e o governo federal, em vez de romper com as dívidas públicas existentes, preferem sucatear e privatizar as estatais e as universidades.

É preciso rechaçar esse projeto e os que virão no próximo período. Witzel se aproveita da pandemia, quando as universidades realmente se encontram fechadas, para apresentar esse brutal ataque.

Agora e pós-pandemia é preciso organizar a luta contra a política privatista e de sucateamento. Nos estados e no governo federal, predomina a mesma política. Mais do que nunca é preciso preparar a retomada da greve geral na Educação como parte da greve geral dos trabalhadores do país.

Paraná: Sindicatos docentes renunciam à campanha salarial

Os servidores públicos do Paraná amargam o congelamento salarial há 4 anos. As perdas acumuladas até final de abril chegaram praticamente a 20% quer dizer, a cada ano perdem dois salários.

Antes da pandemia, os sindicatos docentes resolveram realizar uma campanha pela reposição integral dessas perdas, diferenciando-se da que os outros sindicatos de servidores têm defendido. Estes, têm se limitado a reclamar as perdas dos últimos 12 meses.

Contudo, assim que estourou a pandemia recuaram não do índice, mas, da campanha salarial alegando que “que ia pegar mal” levantar a defesa do direito em face da crise sanitária. Trata-se de uma capitulação vergonhosa que terá como consequência a continuidade do arrocho.

Nada, em momento algum, justifica a renúncia a se lutar pelo salário. Quando isso ocorre o trabalhador está aceitando que sua força de trabalho seja depreciada. E quando é a direção sindical que o faz, esta está se colocando no campo do patrão contra a classe. É uma capitulação que caracteriza a colaboração de classes e coloca a tarefa de constituição de uma nova direção classista.